


DOSSIÊ

A ARMADILHA DA CULTURA CÍVICA REVISITADA: A PERSISTÊNCIA DOS LIMITES ANALÍTICOS NO CAMPO DA CULTURA POLÍTICA

*THE CIVIC CULTURE
TRAP REVISITED:
THE PERSISTENCE OF
ANALYTICAL LIMITS IN THE FIELD
OF POLITICAL CULTURE*

Henrique Carlos de Oliveira de Castro* 

Débora de Oliveira Santos** 

Luana Isabelle Beal*** 

* UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PPG em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: henrique@ufrgs.br

** UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PPG em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: deboraosantos@ufrgs.br

*** UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PPG em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: luana.beal@ufrgs.br

RESUMO

Este artigo objetiva discutir e sintetizar a persistência de armadilhas teórico-epistemológicas na abordagem de cultura política para a América Latina e indicar alternativas teóricas. Desde a constituição do campo de cultura política, pouco se avançou na incorporação de aportes e evidências não centrados no Norte global. Estudos sobre a América Latina indicam que as principais teorias da cultura política ainda carecem de capacidade de generalização para explicar sociedades em que a democracia liberal não é consolidada e a maioria da população não possui adequadas condições de vida. Assim, este artigo aborda três lacunas teórico-epistemológicas com foco na América Latina: a armadilha na teoria da cultura cívica; os limites na teoria revisitada de modernização; e a inadequação da explicação do *backlash* cultural no contexto latino-americano. Debatesmos limitações e alternativas relevantes para explicar a cultura política na América Latina e para aperfeiçoar o campo da cultura política.

Palavras-chave: Cultura Política; América Latina; Cultura Cívica; Teoria Revisitada de Modernização; *Backlash* Cultural.

ABSTRACT:

This article aims to discuss and synthesize the persistence of theoretical and epistemological pitfalls in the political culture approach for Latin America and to indicate theoretical alternatives. Since the foundation of the field of political culture, little progress has been made to incorporate contributions and evidence not centered in the global North. Studies on Latin America indicate that the main theories of political culture still lack the generalizability to explain societies where liberal democracy is not consolidated and where the majority of the population does not have adequate living conditions. Thus, this article addresses three theoretical-epistemological gaps with a focus on Latin America: the trap in the theory of civic culture; the limits in the revisited theory of modernization; and the inadequacy of the explanation of cultural backlash in the Latin American context. We discuss relevant limitations and alternatives for explaining political culture in Latin America and for refining the field of political culture.

Keywords: Political Culture; Latin America; Civic Culture; Revised Modernization Theory; Cultural Backlash.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a persistência de armadilhas teórico-epistemológicas na abordagem de cultura política para a América Latina e indicar alternativas teóricas. Nosso ponto de partida é o debate iniciado por Castro (2000, 2008, 2014). Segundo o autor, a consolidação do conceito de cultura política¹ implica ampliar a sua capacidade de generalização, o que inclui explicações e evidências de sociedades distintas das caracterizadas como democracias consolidadas e economias avançadas (CASTRO, 2000, 2008, 2014). A ausência de outras experiências históricas na sua constituição limita a capacidade explicativa da cultura política, limitando-se a aspectos descritivos.

Apesar dos avanços do campo da cultura política nas últimas décadas, há uma continuidade dessas limitações teórico-epistemológicas, sobretudo vinculada às normatividades de um paradigma eurocêntrico. Por um lado, os trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba (1989a, 1989b; ALMOND, 1956, 1989), fundacionais do conceito e da abordagem de cultura política, representam bem a normatividade ideológica da Ciência Política estadunidense àquela época e ainda existente. Isso implicou problemas teóricos e analíticos e restringiu o debate de cultura política à sua relação com a democracia liberal. Por outro, o desenvolvimento da cultura política com a teoria revisitada de modernização (INGLEHART e WELZEL, 2014) e seus desdobramentos, como a teoria do *backlash* cultural (NORRIS e INGLEHART, 2019), parecem ainda ter dificuldades de produzir modelos teóricos e metodológicos que superem o paradigma da cultura política concebido a partir das epistemologias² e experiências históricas do Norte global. Ao considerarem as mudanças culturais nessas regiões como uma tendência global, apresentam, novamente, uma visão normativa, baseada em experiências exclusivas e que desconsidera a possibilidade de que as diferentes origens das culturas políticas existentes no mundo impliquem mudanças culturais também diversas.

Nesse sentido, o exercício teórico que se apresenta como fundamental é duplo. Em primeiro lugar, trata-se da necessidade de um redimensionamento conceitual para a melhor utilização das teorias e conceitos em realidades diversas daquelas nas quais foram criados, como é o caso da América Latina. Isso implica superar tanto a descrição quanto a explicação dessas culturas políticas a partir de um paradigma que a elas não é cabível. Em segundo lugar, trata-se de incorporar às teorias de cultura política novas reflexões sobre como a diversidade de experiências históricas produz diferentes formas de subjetividades, orientações e relações com a política. Isso significa compreender e explicar, por exemplo, os limites da cultura cívica, as diferentes formas com que a mudança cultural ocorre, e como sociedades com diferentes culturas políticas podem experimentar fenômenos políticos similares.

No presente artigo, revisitamos o argumento de Castro (2000, 2008, 2014) acerca da armadilha da cultura cívica e de um conceito de cultura política adequado à América

¹ O conceito de cultura política não surge da junção dos conceitos de “cultura” e “política”; da mesma forma, cultura política e opinião pública, apesar das suas intersecções, não são sinônimos (CASTRO, 2008, 2014).

² Para uma discussão mais aprofundada sobre epistemologias, eurocentrismo e Ciências Sociais, ver Joseph, Reddy e Searle-Chatteerje (1990).

Latina, expandindo-o para incorporar também a teoria revisitada de modernização e a do *backlash* cultural. Assim, apresentamos e sintetizamos o debate em torno dessas três teorias no que chamamos de armadilhas teórico-epistemológicas persistentes nas teorias de cultura política para o contexto da América Latina. A partir de um debate teórico, buscamos evidenciar como explicações e análises sobre a cultura política dependem, sobretudo, de considerar a formação histórica dessas sociedades, o que inclui, dentre outros fatores, a desigualdade social, as experiências autoritárias e de ruptura democrática e a importação do modelo democrático para a região.

O artigo está organizado em três seções além desta introdução e das conclusões. Na primeira seção, apresentamos a questão da armadilha da cultura cívica, discutindo a normatividade e o paradigma de causalidade que o conceito pressupõe. Na segunda, discutimos metodológica e teoricamente os limites da teoria revisitada de modernização e mudança cultural. Por fim, na terceira seção, debatemos a inadequação da teoria do *backlash* cultural para explicar a onda conservadora atual na América Latina. Apesar do foco deste artigo ser o contexto latino-americano, apontamos que a incorporação dessas discussões ao campo de estudos de cultura política é essencial, inclusive, para refinar as teorias e explicar outras realidades.

A ARMADILHA DA CULTURA CÍVICA

A cultura política origina-se a partir dos estudos de Gabriel Almond e Sidney Verba entre os anos 1950 e 1960 (1989a, 1989b; ALMOND, 1956, 1989). Como Castro (2000, 2008, 2014) aponta, os trabalhos de Almond e Verba situam-se dentro de um esforço da Ciência Política estadunidense daquela época de compreender os fatores relacionados com a estabilidade e manutenção da democracia liberal, como oposição ao socialismo soviético. Nesse sentido, a obra fundacional *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations* (ALMOND e VERBA, 1989a) representa bem essa normatividade ideológica estadunidense, em especial a partir do modelo de causalidade proposto pelos autores. Assim, a limitação na proposta teórica dos autores é dupla, o que Castro (2000, 2008, 2014) chama de armadilha da cultura cívica.

Para compreendê-la, porém, é preciso antes explicar cultura política e cultura cívica para Almond e Verba. Em sua visão, a cultura política de uma determinada sociedade é definida a partir “[d]a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os seus membros”³ (ALMOND e VERBA, 1989a, p. 13). Embora a definição inicial de Almond e Verba (1989a) seja, sobretudo, relacionada com atitudes e comportamentos que dada população tem em relação à política, o conceito de cultura política pode ser ampliado para crenças e valores como definidores de processos mentais mais amplos e relacionados aos anteriores⁴. Vale ressaltar que o conceito de socialização política é comumente utilizado para explicar como essas orientações são socialmente compartilhadas.

³ “The political culture of a nation is the particular distribution of patterns of orientation toward political objects among the members of the nation.”

⁴ Para um aprofundamento dos conceitos psicológicos e processos mentais relacionados com a cultura política, ver Duarte (2022).

Almond e Verba (1989a) se baseiam em Parsons e Shils para propor uma classificação sobre os diferentes tipos de orientação política: cognitiva, afetiva e avaliativa. Uma vez que essas orientações estariam relacionadas a diferentes classes de objetos políticos, os autores argumentam que poderiam ser organizadas em quatro níveis. Num primeiro nível, estariam sentimentos mais genéricos em relação ao sistema político; por exemplo, o que se entende como as funções de autoridades políticas e burocráticas, o seu desempenho e o desenho institucional. No segundo, estariam as orientações sobre os processos políticos (*inputs*), referente às orientações, apoios e demandas relativos a estruturas e papéis desempenhados por elites políticas e burocráticas. No terceiro, as orientações sobre processos administrativos (*outputs*), referente a decisões e ações políticas e os resultados de políticas internas e externas. Por fim, no quarto nível, estão as orientações sobre como o indivíduo se vê e qual papel entende exercer na política (*self as object*).

A partir da combinação desses diferentes tipos de orientação em relação a objetos políticos, Almond e Verba (1989a) propõem três padrões puros de cultura política: paroquial, súdita e participante. A paroquial, na qual o indivíduo tenderia a participar apenas de círculos pessoais mais próximos – como família, escola e igreja –, seria congruente com uma estrutura política tradicional. A súdita, em que o indivíduo assume um papel passivo frente ao sistema político, seria congruente com uma estrutura política autoritária centralizada. Por fim, a participante, na qual o indivíduo se vê como sujeito ativo no sistema político, seria congruente com uma estrutura política democrática.

Essa combinação entre orientações políticas, tipos de cultura política e sua relação com o sistema político é a principal tese de *The Civic Culture*. Cabe destacar que a obra de Almond e Verba teve forte impacto e permitiu a construção do campo conhecido por cultura política. Diferentemente de outras abordagens da Ciência Política, que colocam as instituições políticas no centro da análise, o paradigma apresentado pelos autores indica que as atitudes e comportamentos das pessoas impactam a organização da sociedade e a política. Trata-se, portanto, de estabelecer e conhecer uma “[...] relação entre os fenômenos microanalíticos e os macroanalíticos” (CASTRO, 2008, p. 05). Assim, o cidadão comum passa a ser considerado importante para a explicação do fenômeno político.

O lançamento de *The Civic Culture* ensejou inúmeras críticas ao campo da cultura política⁵; no entanto, interessa aqui um conceito apresentado pelos autores: cultura cívica. Almond e Verba (1989a) defendem ao longo do livro que a constituição e consolidação de um sistema democrático dependeria da existência de um tipo específico de cultura política, por eles denominada cultura cívica, que o sustentasse. De acordo com os autores, essa cultura cívica seria “[...] nem tradicional, nem moderna; [...] uma cultura pluralista baseada na comunicação e na persuasão, uma cultura do consenso e da diversidade, uma cultura que permita a mudança, mas a modere”⁶ (ALMOND e VERBA,

⁵ Sobre críticas ao modelo de cultura política, ver Almond e Verba (1989b) e Castro (2000, 2008, 2014).

⁶ “Neither traditional nor modern [...] a pluralistic culture based on communication and persuasion, a culture of consensus and diversity, a culture that permitted change but moderated it.”

1989a, p. 06), nos termos de uma “racionalidade-ativista da cidadania democrática”⁷ (ALMOND, 1989, p. 16), em contraposição à “passividade, confiança, deferência à autoridade, bem como de competência”⁸ (ALMOND e VERBA, 1989a, p. 338).

Para Castro (2000, 2008, 2014), essa premissa acarreta dois problemas fundamentais, que o autor chama de armadilha da cultura cívica. O primeiro se relaciona ao argumento de que a constituição e a consolidação democráticas dependeriam, necessária e absolutamente, da existência de um tipo específico de cultura política, cívica de tipo participante, o que implica uma defesa normativa da perspectiva liberal de democracia e cidadania (CASTRO, 2008, 2014; RENNÓ, 1998). Segundo Castro (2000, 2008, 2014), a defesa em si não é um problema, mas sim a normatividade inerente à teoria de um modelo de sistema político e cultura política que não leva em consideração a diversidade de experiências históricas e, conseqüentemente, culturais que podem implicar formas diversas de organização social. Nesse sentido, como dito acima, *The Civic Culture* é um produto da academia estadunidense da época, reproduzindo a defesa da democracia liberal como oposição ao socialismo real, que carrega uma visão etnocêntrica sobre os tipos de cultura política existentes e quais conformações institucionais podem gerar.

Esse aspecto fica claro nos casos analisados pelos autores, a partir dos quais traçam suas conclusões a respeito da relação entre cultura cívica e democracia. Almond e Verba (1989a) se baseiam justamente nos casos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, tanto em seus processos históricos quanto nas atitudes das suas populações, para fundamentar a tese da cultura cívica como condição à democracia. Assim, ao referenciar tais experiências do Norte global como ideais, os autores limitam tanto os conceitos com os quais trabalham quanto a existência de outras formas de culturas e estruturas políticas alternativas.

Embora a sua tese da cultura cívica seja fortemente ligada à democracia, Almond e Verba não definem democracia e estabilidade democrática (RENNÓ, 1998; CASTRO, 1996; GUARDIANO, 1995; PATEMAN, 1989). Para Castro (2000, 2008, 2014), a ausência dessa conceitualização é uma naturalização do modelo de democracia liberal defendido pelos autores. Uma consequência é a limitação e circunscrição do conceito ao estudo da democracia, especialmente, da democracia liberal. Aqui está o primeiro aspecto da armadilha da cultura cívica, que acabou sendo reproduzida por alguns autores latino-americanos que analisaram as culturas políticas dos seus países (CATTERBERG, 1991; MOISÉS, 1995).

O segundo problema está na relação de causalidade entre cultura política e estrutura política. Apesar de Almond e Verba (1989a) admitirem a possibilidade de dissociação entre cultura política e estrutura política, há uma contradição na construção da teoria, uma vez que indica uma necessária causalidade entre elas, embora não seja possível determinar exatamente qual o sentido causal dessa relação (CASTRO, 2000, 2008, 2014). Nesse sentido, a lógica da cultura cívica resulta em um paradoxo: um dado sistema político em uma dada sociedade só seria democrático se houvesse uma

⁷ “‘Rationality-activist model’ of democratic citizenship.”

⁸ “Passivity, trust, and deference to authority and competence.”

população com uma cultura política cívica; no entanto, a existência dessa cultura política cívica não seria condição suficiente para o surgimento ou manutenção da democracia, nem seria por ela construída; logo, o paradoxo é uma democracia que existe apenas na presença da cultura política cívica, que existe apesar da democracia e não pode ser por ela construída (CASTRO, 2000, 2008, 2014). Em última instância, como aponta Castro (2008, p. 24), voltamos à naturalização do fenômeno político, “[...] a democracia e a cultura cívica seriam inerentes a dadas sociedades, como se fossem fenômenos naturais, sendo impossível o processo de construção de democracia (ou de uma cultura política democrática)”.

Em suma, a armadilha da cultura cívica implica a redução da força do conceito de cultura política a aspectos unicamente (ou fundamentalmente) normativos e descritivos. No entanto, o avanço do campo teórico e empírico fundado por Almond e Verba possibilita – e vários estudos têm indicado isso – uma espécie de subversão da visão original, abrindo caminhos e desafios para trabalhos explicativos. Nessa perspectiva, a inestimável contribuição de Inglehart, desde o seminal artigo “*The renaissance of the political culture*”, em 1988, até a construção da sua teoria revisitada de modernização, indica novas possibilidades teóricas e empíricas⁹.

OS LIMITES NA TEORIA REVISITADA DE MODERNIZAÇÃO E MUDANÇA CULTURAL

A obra *Modernization, Cultural Change and Democracy: the Human Development Sequence* de Ronald Inglehart e Christian Welzel, publicada em 2005¹⁰, insere-se no paradoxo entre teóricos da modernização¹¹ – para os quais o desenvolvimento socioeconômico causa mudanças culturais –, e teóricos culturalistas – que entendem que valores culturais influenciam a sociedade de forma duradoura e autônoma. Nessa dicotomia, Inglehart e Welzel (2014) sustentam que o desenvolvimento socioeconômico das diferentes sociedades está associado a uma orientação mais ampla de valores e crenças determinadas; logo, esse desenvolvimento tem efeito sobre os valores básicos da sociedade e, na medida que estes se alteram, afetam o comportamento político, sexual, econômico e religioso das pessoas. Essa interpretação não se conecta diretamente à industrialização ou à democratização, mas defende que a modernização é um processo – uma “sequência” no dizer dos autores – de desenvolvimento humano em que “progresso” econômico desencadeia mudanças culturais. Dessa forma, somente um estágio posterior à modernização econômica (pós-industrial) favorece o que os autores chamam de valores de autoexpressão. Por consequência, esse cenário possibilitaria a consolidação do regime democrático (INGLEHART e WELZEL, 2014).

⁹ A literatura indica usos da cultura política para analisar temas clássicos da Ciência Política. Alguns exemplos: Castro (1998) discute sua relação com o poder; Córrea (2012) analisa valores e políticas públicas; Capistrano (2013), por sua vez, trata da relação entre cultura política e Estado.

¹⁰ Neste artigo, será referenciada a edição brasileira, publicada em 2014.

¹¹ A teoria da modernização baseia-se na ideia do progresso humano e tem sua origem no Iluminismo, com a convicção de que o progresso tecnológico daria um maior controle aos humanos sobre a natureza (INGLEHART e WELZEL, 2014).

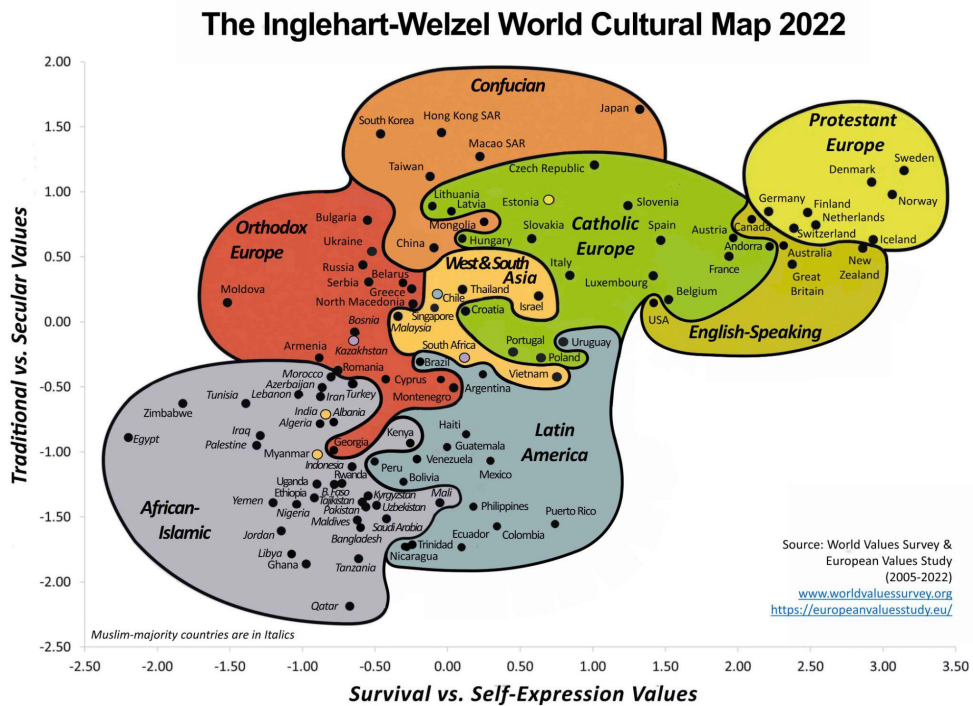
Para fundamentar essa proposição – com base na prévia teoria do pós-materialismo de Inglehart (1977) – Inglehart e Welzel (2014) constroem duas dimensões da variação transcultural: (i) dimensão de valores tradicionais vs. seculares-rationais; e (ii) dimensão de valores de sobrevivência vs. autoexpressão. Na primeira dimensão, os valores tradicionais estão ligados à importância da religião, da obediência/disciplina, da autoridade, do orgulho nacional e outros posicionamentos conservadores em relação ao divórcio, aborto, eutanásia e suicídio. Já os valores seculares-rationais são opostos, dando menor relevância à religião, aos valores familiares tradicionais e ao pátrio poder, bem como tendo maior aceitabilidade em relação aos temas do divórcio, aborto, eutanásia e suicídio. Na segunda dimensão, os valores de sobrevivência dizem respeito à segurança econômica e física, valores etnocêntricos e baixos níveis de confiança e tolerância. Os valores de autoexpressão se relacionam com valores menos tangíveis, como defesa do meio ambiente, tolerância a estrangeiros, apoio à igualdade e diversidade de gênero e orientações sexuais, além de valorização da participação política. Segundo os autores, o impacto do desenvolvimento econômico na mudança cultural possui duas fases, uma ligada à industrialização – burocratização, racionalização e secularização da autoridade – e a outra, à ascensão pós-industrial – autonomia individual, autoexpressão e emancipação da autoridade (internalizada no indivíduo). Enquanto a primeira promove a maximização do bem-estar por meio do produto material (crescimento econômico), a segunda maximiza o bem-estar por meio de mudanças no estilo ou qualidade de vida (INGLEHART e WELZEL, 2014).

A teoria da modernização e mudança cultural de Inglehart e Welzel (2014) vincula o desenvolvimento socioeconômico a valores nos níveis individual e agregado (nacional)¹². Analisando diversos países, os autores criaram o Mapa Mundial Cultural a partir da base de dados do *World Values Survey* (WVS)¹³. O mapa (Figura 1) representa graficamente a distribuição dos países com base nos eixos valorativos sobrevivência vs. autoexpressão (x) e tradicionais vs. seculares (y). Em suma, indica que as sociedades mais ricas estão mais direcionadas a valores seculares-rationais e de autoexpressão, enquanto as sociedades mais pobres estão direcionadas a valores tradicionais e de sobrevivência. Além disso, Inglehart e Welzel (2014) constatam que os valores de autoexpressão têm um forte impacto causal no surgimento da democracia formal e, mais ainda, na efetivação da democracia, propiciando a integridade das elites e preenchendo a lacuna entre democracia formal e efetiva. Assim, o rumo de um sistema político é grandemente determinado pelos valores de sua população. Para os autores, o desenvolvimento humano fortalece a capacidade de escolha dos indivíduos, fundamentando a democracia ao institucionalizar liberdades políticas e civis e reforçar a postura emancipatória do cidadão.

¹² Alguns autores indicam limites empíricos na construção de escalas universais de mensuração de cultura política (ALEMAN e WOODS, 2016; SOKOLOV, 2018).

¹³ O *World Values Survey* (WVS) é uma pesquisa mundial sobre valores sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais. Foi criada pelo professor Ronald Inglehart da Universidade de Michigan (EUA) em 1981, abrange 120 sociedades, sendo a maior pesquisa empírica não-comercial de Ciências Sociais do planeta em termos longitudinais, países incluídos e temas abordados. Os autores são membros da equipe WVS Brasil. Ver <www.worldvaluessurvey.org>.

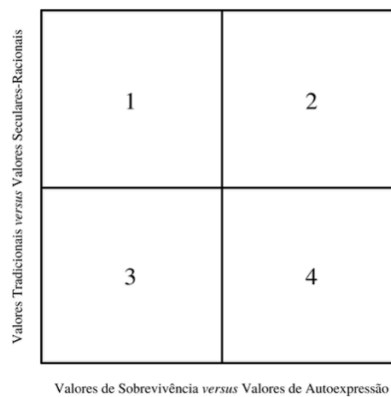
Figura 1: Mapa Mundial Cultural de Inglehart e Welzel¹⁴



Fonte: World Values Survey e European Values Study (2005-2022).

Para enfatizar as limitações provenientes da perspectiva eurocêntrica da teoria revisitada da modernização e mudança cultural (INGLEHART e WELZEL, 2014), propomos o exame do Mapa Mundial Cultural como um gráfico cartesiano, observando quatro quadrantes. A Figura 2 ilustra essa representação; nela, cada quadrante indica uma tipologia pura de extremos das duas dimensões da variação transcultural: valores tradicionais vs. seculares-rationais e valores de sobrevivência vs. valores de autoexpressão.

Figura 2: Representação cartesiana do Mapa Mundial Cultural de Inglehart e Welzel

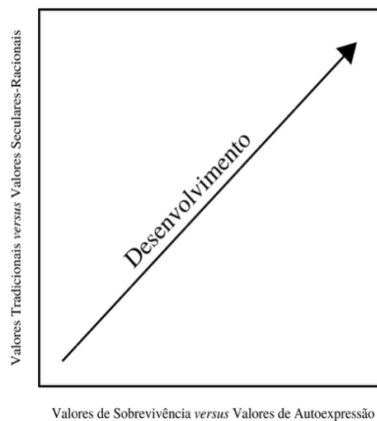


Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de projeto para Bolsa PQ/CNPq apresentado por Castro em 2021.

¹⁴Mapa provisório com os dados da Sétima Onda da Pesquisa Mundial de Valores (WVS).

Conforme o esquema teórico de Inglehart e Welzel (2014), o quadrante 3 representa sociedades com altos valores de sobrevivência e altos valores tradicionais, o que implica sociedades com pouco desenvolvimento humano. Em oposto, o quadrante 2 designa sociedades com altos valores de autoexpressão e altos valores seculares-rationais, ou seja, sociedades com alto desenvolvimento humano. Operacionalizando a teoria revisitada da modernização e mudança cultural, a partir do modelo cartesiano da Figura 2, o sentido do desenvolvimento humano partiria do quadrante 3 em direção ao quadrante 2. Na Figura 3, abaixo, ilustramos esse argumento.

Figura 3: Operacionalização da teoria revisitada de modernização e mudança cultural



Fonte: elaborado pelos autores, a partir de projeto para Bolsa PQ/CNPq apresentado por Castro em 2021.

Portanto, a explicação mais objetiva da teoria revisitada da modernização e mudança cultural (INGLEHART e WELZEL, 2014) não abarca os países incluídos nos quadrantes 1 e 4, e explicações para esses posicionamentos são lacunas teóricas a serem exploradas. Ademais, na distribuição de países proposta por Inglehart e Welzel (2014), somente os países que estão no extremo direito superior do quadrante 2 – conglomerados como “Europa Protestante” (vide Figura 1) – refletem de forma consistente uma prova empírica da teoria revisitada da modernização e mudança cultural. Mesmo os Estados Unidos, um dos países que inspirou e a partir do qual muitos dos fundamentos da teoria foram construídos, está em uma posição que dificilmente poderia ser considerada equivalente aos países europeus. Cabe registrar que o próprio Inglehart (2009) havia aberto a possibilidade de uma crítica a seu modelo de desenvolvimento humano, ao admitir que as mudanças referidas não são universais e são encontradas somente nas sociedades em que a mudança geracional apresentou condições formativas diferentes.

A teoria revisitada de modernização de Inglehart e Welzel sugere que fenômenos como o crescimento do setor de serviços, a melhoria na qualidade de vida e o aumento das oportunidades educacionais, presentes nas sociedades industriais avançadas ou pós-industriais, têm levado a uma gradual transformação da cultura política em democracias ocidentais (NORRIS, 2002; CASTRO e RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2015). As experiências dos países economicamente desenvolvidos e com democracia

liberal consolidada, porém, não permitem explicar os processos nem as tendências transformativas culturais em outras sociedades.

Para além das graves desigualdades sociais, políticas e econômicas que discernem regiões do globo, neste artigo enfatizamos a naturalização com que os autores assumem a Europa e outras sociedades industriais avançadas como modelo teórico e empírico para explicar a cultura política das demais sociedades. Em concordância com Amin (1988, p. 06):

Este projeto de crítica do eurocentrismo só faz sentido se concordarmos que o capitalismo criou uma real necessidade objetiva de universalismo, tanto em termos de uma explicação científica da evolução de todas as sociedades humanas (e da explicação de diferentes caminhos por meio do mesmo sistema conceitual) quanto em termos da elaboração de um projeto de futuro que aborde toda a humanidade¹⁵.

As críticas ao eurocentrismo de Inglehart e Welzel provêm, majoritariamente, de estudos nacionais ou regionais de sociedades em que não há uma industrialização avançada ou uma pós-industrialização. Elkelani (2015) aponta que, enquanto o Sudeste Asiático em muita medida sustenta a mudança de valores prevista, o Oriente Médio é um forte contraponto à teoria da modernização revisitada, visto que os resultados são ainda mais discrepantes que os de países latino-americanos e africanos. Ainda, Zhang, Brym e Andersen (2017) evidenciam que a tese proposta inicialmente por Inglehart (1977) e renovada por Inglehart e Welzel (2014) sustenta que os valores pós-materialistas e liberais tendem a ser maiores em sociedades com melhores condições econômicas. Entretanto, analisando dados do WVS, os autores indicam que a China se aproxima do pós-materialismo, mas não do liberalismo. Por consequência, concluem que culturas altamente coletivistas e com desenvolvimento econômico desigual levam as camadas menos favorecidas da sociedade a defenderem valores liberais, enquanto as pessoas ricas tenderiam a apoiar os valores mais tradicionais, sem, no entanto, explicarem o fenômeno (ZHANG, BRYM e ANDERSEN, 2017).

Considerando os países da América Latina, a discussão não é consensual. Em consonância com a teoria da modernização revisitada, Carballo e Inglehart (1997), propondo-se a verificar a existência de valores comuns aos latino-americanos, concluem que as diferenças entre as sociedades da América Latina e aquelas altamente industrializadas tendem a desaparecer com o desenvolvimento econômico. Similarmente, Matos (2018) evidencia a existência da transição de valores materiais para pós-materiais ao passo que o desenvolvimento econômico aumenta, ao analisar comparativamente jovens brasileiros em regiões com diferentes desenvolvimentos econômicos e humanos no Rio Grande do Sul¹⁶. Por outro lado, em divergência à teoria

¹⁵ “Ce projet d’une critique de l’eurocentrisme n’a de sens que si l’on convient que le capitalisme a créé un besoin objectif réel d’universalisme, au double plan de l’explication scientifique de l’évolution de toutes les sociétés humaines (et de l’explication des parcours différents par le moyen du même système conceptuel) et de l’élaboration d’un projet d’avenir qui s’adresse à l’ensemble de l’humanité”.

¹⁶ Trata-se de importante avanço científico por ser estudo em nível subnacional.

de Inglehart e Welzel (2014), a aplicação de algoritmos de aprendizado de máquina¹⁷ por Vier (2020), Nascimento (2020) e Nascimento, Barone e Castro (2019) indica uma forte tendência em favor dos resultados dos países industrializados e pós-industriais nos dados do WVS. Do ponto de vista estritamente metodológico, MacIntosh (1998) critica o índice de pós-materialismo de Inglehart com base em análises multivariadas avançadas, verificando robustos vieses com o uso de variáveis usuais de controle, como gênero, educação, idade e país.

Tais evidências ensejam tentativas de explicações que desafiam a teoria. Em artigo de 2020, Castro e colegas propõem uma explicação alternativa à teoria revisitada de modernização e mudança cultural para explicar a relativamente alta incidência de valores de autoexpressão em países da América Latina. Os autores argumentam que é a globalização, não o desenvolvimento econômico, o que explica a mudança de valores na região. No artigo, apresentam evidências de que atitudes e valores até então exclusivos de setores da elite se tornaram socialmente desejáveis e exaltados, implicando sua disseminação em massa (CASTRO, CAPISTRANO, RANINCHESKI e TAMBE, 2020). Em outro contexto, Castro (1998) indica caminhos que podem ser utilizados para explicar como determinados valores são encontrados em grupos sociais ou em sociedades nas quais a teoria não previa. Ao propor uma explicação para o comportamento político não-democrático, o autor busca no conceito de hegemonia de Gramsci uma possibilidade de explicação do paradoxo entre um comportamento esperado e o que é verificado empiricamente. De forma análoga, a hegemonia de valores culturais pode ajudar a entendermos por que e como valores de autoexpressão encontram guarida nas sociedades na América Latina.

A INADEQUAÇÃO DA EXPLICAÇÃO DO *BACKLASH* CULTURAL PARA O CONSERVADORISMO NA AMÉRICA LATINA

Partindo do paradigma da teoria revisitada de modernização e mudança cultural, Pippa Norris e Ronald Inglehart propuseram uma explicação para a onda conservadora contemporânea a partir da abordagem da cultura política. Apesar de a obra *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism* não ser uma proposição teórica abrangente sobre a cultura política, a relevância de analisar a teoria de Norris e Inglehart (2019) é justificada pela extensão do fenômeno que os autores se propõem a explicar: a ascensão de um conservadorismo populista e autoritário. Em outras palavras, esse fenômeno não está circunscrito apenas aos contextos que os autores analisam, europeu e estadunidense, fazendo-se presente, inclusive, na América Latina; logo, cabe discutir em que medida a teoria do *backlash*¹⁸ cultural pode ser aplicada ao contexto latino-americano.

¹⁷A análise por meio de algoritmos de aprendizado de máquina permite a utilização de uma quantidade bem maior de dados; desta forma, possibilita a indicação de conexões que nem sempre são descobertas a partir de análises estatísticas convencionais.

¹⁸Preferimos manter o termo em inglês porque a tradução literal não reflete a visão dos autores.

Em *Cultural Backlash*, Norris e Inglehart (2019) trazem duas contribuições teóricas para a reflexão. A primeira é a nova terminologia que os autores propõem para o debate sobre a definição da onda conservadora contemporânea. Na contramão dos autores que a denominam de direita radical populista, nacionalismo populista ou extrema-direita¹⁹ (MUDDE, 2007, 2019; EATWELL e GOODWIN, 2018; HARRISON e BRUTER, 2011), Norris e Inglehart (2019) a classificam como autoritarismo-populista, numa tentativa de unir duas características observadas no fenômeno. Por um lado, um aspecto relacionado à forte retórica populista que esses atores conservadores empregam, baseada tanto na contraposição à autoridade legítima do *establishment*, quanto na legitimação da crença do “poder das pessoas comuns” como fonte de autoridade (NORRIS e INGLEHART, 2019; CASTRO, SANTOS e BEAL, 2020). Por outro lado, o aspecto autoritário cultural que ambos atores e públicos apoiadores expressam. Esse autoritarismo cultural estaria presente na forte distinção de “Nós” e “Eles”, bem como na criação de bodes-expiatórios como ameaças ao grupo (NORRIS e INGLEHART, 2019; CASTRO, SANTOS e BEAL, 2020).

Aqui cabe destacar algumas observações sobre a definição de autoritarismo-populista dos autores. Por um lado, há um problema inerente à própria terminologia proposta. De fato, a onda conservadora contemporânea pode ser caracterizada pelos seus traços populista e autoritário, o que, por vezes, inclui também aspectos como xenofobia, nacionalismo, etnocentrismo, religião, conservadorismo social, antipolítica e lei e ordem. Porém, diferentemente da proposição conceitual de Norris e Inglehart (2019), que tenta ser ampla o suficiente para englobar, inclusive, casos como o da esquerda boliviana e venezuelana²⁰, o fenômeno definido pelos autores é, sobretudo, um fenômeno da direita radical populista contemporânea. Nesse sentido, o alargamento conceitual, embora saliente dois aspectos culturais importantes do fenômeno – o populismo e o autoritarismo –, torna-se inadequado por se distanciar de uma característica fundamental do seu objeto de análise: estar localizado no espectro ideológico da direita.

Por outro lado, há uma questão complementar aos aspectos autoritário e populista dessa onda conservadora. Conforme Castro e Castillo (2021) apontam, mais do que um debate de ideias – ou um conflito pela hegemonia de valores –, a política contemporânea parece estar organizada enquanto destruição de inimigos, em moldes similares aos apontados por Schmitt (1970) e Mouffe (2005). A leitura de Castro e Castillo (2021) destaca um aspecto despolitizado do debate político que pode ser explicado pelo campo da cultura política. Nesse sentido, além de compreender as bases de um conflito cultural pela hegemonia de valores políticos e sociais, é essencial também explicar por que o conflito político tomou contornos de uma lógica amigo-inimigo. Isso não significa responder à questão da conformação do conflito a partir das dinâmicas e estratégias estabelecidas pela competição partidária, mas sim buscar identificar e explicar em que medida essa redução do conflito político pode ser

¹⁹ Há diversas definições para caracterizar o conservadorismo em si, bem como a ascensão do conservadorismo na contemporaneidade, em especial a partir da análise de atores de direita. Para uma discussão sobre a polissemia do conceito de conservadorismo, ver Duarte (2022). Para uma discussão sobre as diferentes terminologias empregadas para caracterizar ideologicamente a ascensão conservadora, ver Harrison e Bruter (2011).

²⁰ Vale destacar que, apesar da menção a casos latino-americanos ao longo do livro, Norris e Inglehart (2019) não analisam dados para a região. Logo, não há evidências empíricas sustentando as inferências ou contextualizações feitas com os casos, sobretudo, da esquerda latino-americana.

também uma mudança cultural. Ou seja, uma transformação tanto na forma com a qual a política é feita quanto na forma como as pessoas se relacionam com a política.

Além de definir autoritarismo-populista, Norris e Inglehart (2019) também apresentam uma explicação para a ascensão de atores com retórica populista mobilizando *issues* culturais autoritários. A teoria do *backlash* cultural propõe três fatores explicativos que se relacionam, sendo o ponto central o conflito entre valores pós-materialistas e materialistas em sociedades europeias e estadunidense. Em primeiro lugar, a experiência de crises recentes – recessão econômica, crise dos refugiados e os atentados terroristas – estaria criando pontos de inflexão, ou efeitos de período na tendência cultural pós-materialista. Ou seja, o *backlash* cultural na direção de valores conservadores, tradicionais e de sobrevivência. Em segundo lugar, a substituição de coortes etárias mais velhas, com valores materialistas, por coortes etárias mais jovens, com valores pós-materialistas, também criaria um conflito político pela hegemonia de valores. Nesse contexto, o descolamento político e social de públicos classificáveis como materialistas e conservadores estaria gerando tanto insatisfação entre coortes mais velhas e o tensionamento em torno de valores, quanto reforçando as identidades tradicionais características do *backlash* cultural. Por fim, o terceiro fator é que, apesar de estarem perdendo espaço no conflito de valores, públicos conservadores ainda são mais ativos em formas convencionais de participação política – diferentemente das coortes mais jovens –, o que os leva a ser a maioria votante e ter um peso maior em processos eleitorais.

Antes de discutirmos os problemas na utilização da teoria do *backlash* cultural no contexto latino-americano, é importante caracterizar a presença do autoritarismo-populista na região. Apesar de Norris e Inglehart (2019) não analisarem dados da região e de os exemplos trazidos pelos autores serem, sobretudo, de políticos latino-americanos de esquerda classificados como populistas, atores autoritário-populistas de direita são cada vez mais presentes na política latino-americana. Talvez um dos exemplos mais emblemáticos desta onda conservadora contemporânea seja, justamente, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro, eleito em 2018. O crescimento eleitoral desses atores é evidente em vários países da região. Chegaram ao segundo turno de eleições presidenciais: Keiko Fujimori no Peru, em 2021; José Antonio Kast no Chile, em 2021; Rodolfo Hernández na Colômbia, em 2022. Ganharam também maior expressividade parlamentar, nas últimas eleições nacionais, o partido *Cabildo Abierto* no Uruguai e figuras como Javier Milei na Argentina.

O principal obstáculo para a aplicação da teoria do *backlash* cultural na América Latina é, justamente, o fato de que a explicação proposta por Norris e Inglehart (2019) é fortemente tributária dos contextos que analisa. Apesar das semelhanças nas estratégias discursivas entre atores autoritário-populistas latino-americanos, europeus e estadunidenses, os contextos histórico, social, econômico e, principalmente, de cultura política sob os quais a sua ascensão ocorre são fundamentalmente diferentes. Se, por um lado, há validade dos argumentos da reposição de coortes etárias e do conflito pela hegemonia cultural nos contextos europeu e estadunidense; por outro, na América Latina, a realidade é distinta. Antes mesmo da ascensão de tais atores, as sociedades latino-americanas apresentavam um consistente padrão cultural autoritário, de desconfiança institucional, afastamento da política e com valores conservadores e tradicionais (BRUNNER, 1987; CASTRO, 2014; DIAMOND e LINZ, 1989).

Talvez por isso análises que buscam demonstrar uma inflexão autoritária ou conservadora em casos latino-americanos encontram pouco respaldo empírico. Hunter e Power (2019), por exemplo, argumentam que Bolsonaro seria produto de um *backlash* iliberal brasileiro diante de um contexto de múltiplas crises. Evidentemente, o país enfrentava, em 2018, uma instabilidade política e econômica significativa; porém, conforme a literatura indica, a cultura política brasileira já era caracterizada pela ambiguidade, hibridismo, autoritarismo e com uma democracia inercial (MOISÉS, 2008; BAQUERO, 2008, 2018). Assim, Bolsonaro pode ser entendido como uma inflexão ideológica, uma vez que rompe a dinâmica entre centro-direita e centro-esquerda nas eleições presidenciais, mas dificilmente pode ser entendido dessa forma em termos culturais. Rennó (2020), por sua vez, analisa o voto em Bolsonaro a partir de *issues* conservadores e encontra resultados moderados e fracos para sustentar a hipótese do *backlash* cultural. Duarte (2022), analisando se houve uma ascensão conservadora no Brasil e nos Estados Unidos diante do contexto de crises que os países enfrentaram nas últimas décadas, encontra que não há um crescimento da tendência conservadora – que caracterizaria a inflexão autoritária-populista –, mas sim um enraizamento de crenças e valores associados ao conservadorismo.

Nesse sentido, não há como explicar o autoritarismo-populista a partir do conflito cultural pela hegemonia de valores políticos ou de um ponto de inflexão cultural na tendência pós-materialista na América Latina, já que, simplesmente, as sociedades latino-americanas não chegaram nesse lugar²¹. Em outras palavras, não há um *backlash* na atual onda do conservadorismo latino-americano. Isto posto, restam duas perguntas. A primeira delas é o que explicaria então o autoritarismo-populista na América Latina? Para responder essa pergunta, retomamos o debate de Castro (2000, 2008, 2014) sobre um conceito de cultura política adequado à América Latina. Assim, trata-se de compreender de que forma a ascensão desses atores autoritário-populistas é explicável a partir do contexto de cultura política da região. Nesse sentido, os achados de Duarte (2022) sobre o enraizamento de valores conservadores apesar do declínio do conservadorismo social, as evidências de Castro e Castillo (2021) sobre uma postura paradoxal frente à democracia, a identificação da insatisfação política crônica na América Latina como condição necessária ao autoritarismo-populista em Castro, Santos e Beal (2020) ou, ainda, a tese do mimetismo social das elites de Castro et al. (2020) podem ajudar a compreender o porquê de esses atores terem sucesso eleitoral.

Não obstante, é preciso também considerar o contexto histórico latino-americano na formação da cultura política na região, como indicam o trabalho de Baquero, Ranincheski e Castro (2018) sobre o papel da história da formação política na cultura política e o de González, Baquero e Grohmann (2021) sobre a guinada conservadora como produto das características históricas de um modelo político. Somam-se a isso, ainda, aspectos já anteriormente mencionados, como o fato de a estrutura social latino-americana ser fortemente marcada pela desigualdade social, ao passo que, na estrutura política, convive-se com um modelo importado de democracia, ainda

²¹ Castro afirma, se dirigindo a Ronald Inglehart em mesa redonda realizada na 72ª Conferência da WAPOR, em 2019, que “[...] different from what’s happening in in the US and Europe, Ron, I believe Brazil is not facing a cultural backlash because we’ve never been there but an irruption of hidden and deep-rooted cultural support for antidemocratic practices and Governments” (CASTRO et al., 2019).

frágil diante de rupturas que compõem tanto o passado quanto o presente na região (BAQUERO, 2013; CASTRO e CASTILLO, 2021; MAINWARING e PÉREZ-LIÑÁN, 2014).

Por fim, há ainda mais uma pergunta: o que as experiências latino-americanas podem indicar para uma teoria de cultura política sobre o autoritarismo-populista de direita? Por um lado, a presença do autoritarismo-populista de direita na América Latina indica a impossibilidade da teoria do *backlash* cultural responder, de forma satisfatória, um fenômeno além das realidades culturais europeia e estadunidense. Por outro lado, e baseando-nos nos apontamentos feitos anteriormente, a ascensão desses atores no contexto latino-americano também evidencia a necessidade de mobilizar explicações culturais que possam ser mais abrangentes. Isso vai tanto no sentido de compreender e explicar a redução do conflito político na lógica amigo-inimigo, conforme constatado por Castro e Castillo (2021), quanto de trazer para o centro do debate a ascensão do autoritarismo-populista de direita em diferentes países com as suas diferentes formações históricas e culturais. Esse parece ser, de fato, o principal desafio à abordagem da cultura política para explicar o fenômeno de forma transnacional, que é como ele se apresenta.

A abordagem do *backlash* cultural indica um claro rompimento com o determinismo cultural subjacente à concepção original do conceito de cultura política, uma vez que defende que sociedades com democracias liberais consolidadas, que, na visão de Almond e Verba possuíam uma cultura cívica, podem desviar do seu suposto inexorável caminho democrático. Mais do que isso, dá indicações e evidências, já encontradas nos trabalhos anteriores de Inglehart, de que o sentido da modernização não é dado, mas fruto das diferentes histórias e caminhos de desenvolvimento. No entanto, paradoxalmente, a proposta de *backlash* cultural ainda é refém da armadilha da cultura cívica, uma vez que ainda defende o modelo de democracia liberal como o modelo ou paradigma de organização social, como indica a tentativa da sua aplicação à realidade latino-americana. Em suma, o *backlash*, ou, em tradução livre neste momento para tornar o argumento mais claro, o *retrocesso* é em relação a um estágio de organização política considerado mais avançado, a própria democracia liberal, o que retoma a ideia original de superioridade desse regime em relação a outros existentes ou mesmo por existir.

CONCLUSÕES

O presente artigo se propôs a discutir e sintetizar a persistência de armadilhas teórico-epistemológicas na abordagem de cultura política e indicar alternativas para enriquecer o debate teórico, a partir de estudos feitos em países da América Latina. Como toda teoria científica, a cultura política não pode ser tratada como algo estático ou definitivo, mas como um ferramental que pode ser utilizado para ajudar a compreender e explicar a sociedade. Entretanto, as críticas atualmente existentes dentro e fora do campo da cultura política são normativas (desconsideram a teoria em si), parciais (indicam pontos em que a teoria não é suficientemente consistente) ou com ênfase regional (não pretendem uma visão universal).

Assim, sintetizamos no artigo algumas contribuições realizadas por membros do grupo WVS Brasil, basicamente, em três eixos: (i) a armadilha da cultura cívica; (ii) os limites na teoria revisitada de modernização e mudança cultural; e (iii) a inadequação da explicação de *backlash* cultural para o conservadorismo na América Latina.

Salientamos dois aspectos que permeiam a literatura que domina o debate internacional sobre cultura política: a visão eurocêntrica e a naturalização normativa da democracia liberal como sistema político a ser alcançado pela humanidade. Tais visões implicam uma limitação do uso acrítico de tal literatura em outras regiões do planeta, particularmente em sociedades que tiveram um desenvolvimento político, econômico e social distinto. Procuramos aqui indicar que essas limitações podem ser superadas sem que se renuncie ao poder analítico e explicativo do campo teórico e empírico fundado por Almond e Verba nos anos 1950.

Em relação aos aspectos tratados no artigo, concluímos que a armadilha da cultura cívica implica limitações científicas do uso da literatura, uma vez que hegemoniza o debate internacional sobre cultura política a partir de seu caráter fundamentalmente normativo e descritivo. Em contrapartida, vários estudos, inclusive alguns mencionados neste artigo, têm indicado tanto novos caminhos quanto desafios para o campo da cultura política, o que possibilita novas perspectivas explicativas para o avanço teórico e empírico. As críticas realizadas aqui tanto à teoria revisitada de modernização e mudança cultural como à explicação do *backlash* cultural – que não pretendem ser definitivas ou pacíficas – objetivam indicar a riqueza que o debate teórico e os renovados achados empíricos ensejam.

Entendemos, no entanto, que ainda há temas de fronteira que precisam ser mais explorados para fortalecer a capacidade explicativa da cultura política. Por um lado, é essencial expandir o debate para sociedades além das que possuem tradição de pesquisas na área, limitadas a determinadas regiões do planeta. Por outro lado, também é necessário ampliar o foco temático da cultura política. Nesse sentido, permanecem lacunas teóricas e empíricas importantes, como a explicação das relações de poder político, a influência dos fatores culturais no funcionamento do Estado e de suas instituições, bem como o uso de evidências de valores culturais para o planejamento e monitoramento de políticas públicas, que merecem trabalho e reflexão.

SOBRE OS AUTORES

HENRIQUE CARLOS DE OLIVEIRA DE CASTRO é Doutor em Ciência Política. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e do curso de Relações Internacionais da UFRGS. Foi Brazilian Fulbright Distinguished Chair in Democracy and Human Development no Kellogg Institute, University of Notre Dame (EUA) e professor convidado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris (França). Membro do Grupo de Trabalho Values 20 (V20). Pesquisador Principal e Diretor Nacional para o Brasil da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey Brasil*). Bolsista nível 2 do CNPq.

DÉBORA DE OLIVEIRA SANTOS é doutoranda e mestre em Ciência Política (UFRGS). Pesquisadora da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey Brasil*). Bolsista de doutorado do CNPq.

LUANA ISABELLE BEAL é doutoranda e mestre em Ciência Política (UFRGS). Pesquisadora da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey Brasil*). Bolsista de doutorado do CNPq.

REFERÊNCIAS

1. ALEMÁN, José; WOODS, Dwayne. Value orientations from the World Values Survey: how comparable are they cross-nationally? *Comparative Political Studies*, v. 49, n. 8, p. 1039-1067, 2016. DOI: 10.1177/0010414015600458
2. ALMOND, Gabriel A. The intellectual history of the civic culture concept. In: ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (Eds.). *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1989. p. 1-36.
3. ALMOND, Gabriel A. Comparative political systems. *The Journal of Politics*, n. 18, p. 391-409, 1956. DOI: 10.2307/2127255
4. ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*. Newbury Park: Sage, 1989a.
5. ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (Eds.). *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1989b.
6. AMIN, Samir. *L-eurocentrisme Inconnu(e)*. Paris: Anthropos, 1988.
7. BAQUERO, Marcello. *Democracia inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.
8. BAQUERO, Marcello. *Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.
9. BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008. DOI: 10.1590/S0104-62762008000200005
10. BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, v. 12, n. 1, 87-106, 2018. DOI: 10.22456/1982-5269.81460
11. BRUNNER, José Joaquín. *América Latina entre la cultura autoritária y la cultura democrática: legados y desafíos*. Santiago: FLACSO, 1987.
12. CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Daniel Jaime. *A imagem do Leviatã: orientações culturais sobre o papel do Estado em perspectiva comparada*. 2013. 204 f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
13. CARBALLO, Marita; INGLEHART, Ronald. Does Latin America exist? (And is there a confucian culture?): a global analysis of cross-cultural differences. *Political Science and Politics*, v. 30, n. 1, p. 34-47, 1997. DOI: 10.2307/420668
14. CASTRO, Henrique Carlos de O. de. *A democracia em cheque: um estudo de cultura política entre os porto-alegrenses*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
15. CASTRO, Henrique Carlos de O. de. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 2, n. 1, p. 1-32, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16058>>. Acesso em: 05 ago. 2022.
16. CASTRO, Henrique Carlos de O. de. *Cultura política comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile*. Brasília: Verbena, 2014.
17. CASTRO, Henrique Carlos de O. de. Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não-democrático. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de O. de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (Orgs.). *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre/Canoas: Editora Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998. p. 30-49.
18. CASTRO, Henrique Carlos de O. de. *Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile: um estudo comparativo de cultura política*. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
19. CASTRO, Henrique Carlos de O. de; CAPISTRANO, Daniel; RANINCHESKI, Sonia; TAMBE, Elvis Bisong. Is self-expression chic? Globalisation, value change and convergence in Latin America. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 9, n. 2, p. 29-48, 2020. DOI: 10.14201/rlop.23132
20. CASTRO, Henrique Carlos de O. de; CASTILLO, Sofia Isabel Vizcarra. Uma democracia frágil e sem valores democráticos: o Brasil no século XXI. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 45-73, 2021. DOI: 10.22456/1982-5269.110968
21. CASTRO, Henrique Carlos de O. de; INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa; WELZEL, Christian; WORCESTER, Sir Robert; LAGOS, Marta; HAERPFER, Christian; CARBALLO, Marita; MORENO, Alejandro. Democracy and democratic values: dynamics, measurement (Round Table I), Forecast. In: WAPOR ANNUAL CONFERENCE, 72., 2019, Toronto. Toronto, 2019. Disponível em: <shorturl.at/amr23>. Acesso em: 26 jul. 2022. [Fala aos 47'40"]].
22. CASTRO, Henrique Carlos de O. de; RANINCHESKI, Sonia; CAPISTRANO, Daniel. O conteúdo da globalização para os latino-americanos: uma análise a partir da Pesquisa Mundial de Valores - WVS. *Temas y Debates*, n. 29, p. 53-76, 2015. DOI: 10.35305/tyd.voi29.302

23. CASTRO, Henrique Carlos de O. de; SANTOS, Débora de Oliveira; BEAL, Luana Isabelle. A insatisfação política e a ascensão do autoritarismo-populista: uma análise da América do Sul e da Europa. *Revista Debates*, v. 14, n. 3, p. 99-125, 2020. DOI: 10.22456/1982-5269.109421
24. CATTERBERG, Edgardo. *Argentina confronts politics: political culture and public opinion in the argentine transition to democracy*. Boulder: Lynne Rienner, 1991.
25. CORRÊA, Helena Ariane Borges. *Cultura e instituições: relações entre cultura política e políticas públicas no Brasil, no Chile e no México*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
26. DIAMOND, Larry; LINZ, Juan J. Introduction: politics, society, and democracy in Latin America. In: DIAMOND, Larry; LINZ, Juan J.; LIPSET, Seymour M. (Eds.). *Democracy in developing countries*. Boulder: Lynne Rienner, 1989. v. 4: Latin America. p. 1-58.
27. DUARTE, Jéssica da Silva. *O avanço do conservadorismo no Brasil e nos Estados Unidos no século XXI*. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
28. EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *National populism: the revolt against liberal democracy*. Pelican, 2018.
29. ELKELANI, Zeyad M. *The rise of a new generation: intergenerational value change in Egypt*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – American University in Cairo, Cairo, 2015.
30. GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcelo; GROHMANN, Luis Gustavo Mello. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. *Revista Debates*, v. 15, n.2, p. 09-44, 2021. DOI: 10.22456/1982-5269.110792
31. GUARDIANO, John J. *Recasting the concept of political culture: a non-cultural approach*. 1995. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Boston Graduate School, Boston University, Boston, 1995.
32. HARRISON, Sarah; BRUTER, Michael. *Mapping extreme right ideology: an empirical geography of the European extreme right*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
33. HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, p. 68-82, 2019. Disponível em: <<https://journalofdemocracy.org/articles/bolsonaro-and-brazils-illiberal-backlash/>>. Acesso em: 05 ago. 2022.
34. INGLEHART, Ronald. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, v. 82, p. 1203-1230, 1988. DOI: 10.2307/1961756
35. INGLEHART, Ronald. *The silent revolution: changing values and political styles in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1977.
36. INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. Brasília: Verbená, 2014.
37. JOSEPH, George G.; REDDY, Vasu; SEARLE-CHATTERJEE, Mary. Eurocentrism in the social sciences. *Race & Class*, v. 31, n. 4, p. 1-26, 1990. DOI: 10.1177/030639689003100401
38. MACINTOSH, Randall. Global attitude measurement: an assessment of the World Values Survey postmaterialism scale. *American Sociological Review*, v. 63, n. 3, p. 452-464, 1998. DOI: 10.2307/2657558
39. MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Democracies and dictatorships in Latin America: emergence, survival, and fall*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
40. MATOS, Isis Oliveira Bastos. *Cultura política, desenvolvimento socioeconômico e juventude gaúcha: um estudo sobre as diferenças culturais de dois municípios da metade norte e da metade sul do Rio Grande do Sul*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
41. MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-46, 2008. DOI: 10.1590/S0102-69092008000100002
42. MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.
43. MOUFFE, Chantal. *On the political*. New York: Routledge, 2005.
44. MUDDE, Cas. *The far right today*. London: Polity Press, 2019.
45. MUDDE, Cas. *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
46. NASCIMENTO, Francielle M. *Contributions of machine learning in knowledge acquisition in the field of Social Sciences*. 2020. Dissertação (Mestrado em Computação) – Programa de Pós-Graduação em Computação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
47. NASCIMENTO, Francielle M.; BARONE, Dante Augusto C.; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. Social activism analysis: an application of machine learning in the World Values Survey. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MACHINE LEARNING AND DATA MINING, 2019, New York. *Proceedings of the International Conference on Machine Learning and Data Mining in Pattern Recognition*. New York: Ibai Publishing, 2019. p. 28-38.
48. NORRIS, Pippa. *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. New York: Cambridge University Press, 2002.

49. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
50. PATEMAN, Carole. The civic culture: a philosophic critique. In: ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (Eds.) *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1989. p. 57-102.
51. RENNÓ, Lúcio R. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. *Latin American Politics and Society*, v. 62, n. 4, p. 1-23, 2020. DOI: 10.1017/lap.2020.13
52. RENNÓ, Lúcio R. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 45, p. 71-92, 1998. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/200>>. Acesso em: 05 ago. 2022.
53. SCHMITT, Carl. *The concept of the political*. London: University of Chicago Press, 2008.
54. SOKOLOV, Boris. The Index of Emancipative Values: measurement model misspecifications. *American Political Science Review*, v. 112, n. 2, p. 395-408, 2018. DOI: 10.1017/S0003055417000624
55. VIER, Tiago. *O uso da inteligência artificial nas ciências sociais: o caso do patriotismo dos brasileiros*. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
56. WORLD VALUES SURVEY; EUROPEAN VALUES STUDY. *The Inglehart-Welzel World Cultural Map 2022*. 2005-2022. Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/photos/EV000190.JPG>>. Acesso em: 04 ago. 2022.
57. ZHANG, Tony; BRYM, Robert; ANDERSEN, Robert. Liberalism and postmaterialism in China: the role of social class and inequality. *Chinese Sociological Review*, v. 49, n. 1, p. 65-87, 2017. DOI: 10.1080/21620555.2016.1227239

Submissão em: 28 jul. 2022.

Aceito em: 01 ago. 2022.

